

Instituto
Ayrton
Senna



INDICADORES DE SUCESSO DA APRENDIZAGEM: UM GUIA PARA GESTORES EDUCACIONAIS



INDICADORES DE SUCESSO DA APRENDIZAGEM: UM GUIA PARA GESTORES EDUCACIONAIS

Introdução

Ferramentas e rotinas gerenciais permitem o acompanhamento sistemático, simples e prático de ações implementadas em uma política pública. Elas subsidiam e agilizam as tomadas de decisão dos gestores, para que o façam com segurança, mesmo quando premidos pelo tempo e em condições não muito favoráveis.

No campo educacional, um gestor não é somente aquele que ocupa uma posição de destaque ou executiva, como o secretário de educação ou o diretor de escola, mas todo aquele que responde pelas instâncias do processo educacional, ou seja, pela aprendizagem, pelo ensino, pela rotina escolar e pela política educacional. Assim, também são gestores o professor e o coordenador pedagógico na unidade escolar, e os que atuam nas diversas áreas estratégicas da Secretaria de Educação, com destaque para o setor diretamente ligado ao pedagógico, que é a atividade fim da cadeia educacional.

A responsabilidade do gestor educacional, portanto, tem um alcance imensurável, pois ele está comprometido com pessoas, especialmente jovens e crianças, para as quais deve responder a determinações legais sobre aprendizagem e desenvolvimento integral pela via da educação.

Mas, para que gestores sejam eficazes e eficientes no desempenho de suas funções é preciso que conheçam e acompanhem sistematicamente os processos, e tenham acesso a informações-chave sobre os mesmos. Isso deve fazer parte da rotina do gestor, pois os ajustes de rota só existem quando se tem conhecimento que o caminho em curso se afasta do objetivo proposto no planejamento.

Daí a importância de se agregar processos gestores ao fazer educacional, isto é, integrar a gestão ao fazer de cada profissional da educação, desde a aprendizagem do aluno em sua relação com o professor, até a decisão sobre o conceito de cidadania e a orientação curricular que fundamentam a política educacional a ser concretizada no espaço escolar. Ou seja, cabe ao gestor oferecer condições para que todos os alunos tenham sucesso em sua aprendizagem, o que pode ser aferido por indicadores de qualidade e cujo resultado seja aquilatado por avaliações internas e externas à rede de ensino. Ressaltamos não ser a quantidade de indicadores acompanhados que deve ocupar o tempo dos gestores, mas sim a possibilidade de cruzá-los e de fazer inferências suficientemente amplas para proceder aos ajustes no processo.

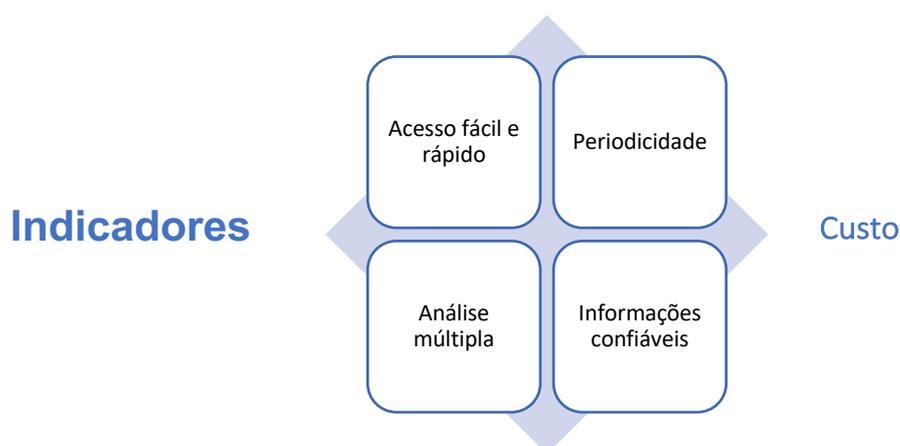
Portanto, indicadores tomam um papel de destaque no processo pedagógico ao balizarem, com suas respectivas metas, as escolhas de “onde queremos chegar” e “como chegar”. Mas que informações são importantes de serem acompanhadas? Como escolher o indicador mais acertado para determinada fase do processo?

Para esclarecer dúvidas como essas, vamos contextualizar, neste documento, a importância dos indicadores e metas propostos em alguns programas do Instituto Ayrton Senna, trocando o estigma de “instrumentos burocráticos” pelo de “instrumentos pedagógicos”, pois sua função, de fato, é garantir o sucesso e o desenvolvimento de alunos e profissionais, e não apenas fornecer dados frios, desvinculados do processo formativo, a cargo da instituição escolar.

Conceito

Uma definição de indicadores afirma que são representações quantificáveis das características de produtos e processos, sendo assim utilizados para a melhoria da qualidade e desempenho desses ao longo do tempo, (TAKASHINA 1999)¹ auxiliando, com suas informações, os gestores em suas decisões.

Podemos afirmar que um indicador é uma fotografia de determinada situação em determinado momento. Assim, na criação e/ou escolha de um indicador contam alguns elementos, como a facilidade e a rapidez de acesso, a periodicidade de sua atualização, as múltiplas possibilidades de análise frente aos demais indicadores, a estabilidade e confiabilidade das informações, bem como o custo para sua obtenção.



É importante lembrar que o desempenho dos indicadores pode ser analisado, comparativamente, a informações internas e/ou externas ao processo, individualmente e também pela correlação entre eles, com atenção nas causas e nos efeitos, de forma a ampliar seu potencial de direcionador de ações e decisões.

Os indicadores constituem-se em instrumentos que explicitam a realidade em diferentes ângulos, num mesmo momento ou em momentos diversos, como se fossem peças de um quebra-cabeça. Cabe então, ao gestor, valer-se das diferentes partes para compor o todo sob sua responsabilidade, e formular juízos de valor sobre a qualidade e o desempenho dos processos que, em educação, sempre envolvem aprendizagem e ensino devidamente inseridos em espaços e tempos institucionais.

Mas toda e qualquer análise de indicadores requer parâmetros ou balizadores quantitativos para aferição da qualidade do processo e dos resultados, de acordo com a periodicidade das ações registradas no plano de metas elaborado a partir do histórico da rede de ensino e de suas escolas. Meta implica em medida, e segundo Deming², "o que não pode ser medido não pode ser gerenciado".

Contexto

A partir de 1990, o Brasil instituiu um sistema de avaliação em larga escala que permitiu acompanhar a evolução do desempenho dos alunos até os dias atuais (Saeb/Prova Brasil). Em 2005, o MEC criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador que conjuga resultados do fluxo escolar e da aprendizagem dos alunos em

¹ Takashina, N. T. *Indicadores da qualidade e do desempenho*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

² Willian Edwards Deming, estatístico norte-americano, considerado o pai do gerenciamento de qualidade, criou o processo: planejar, executar, verificar e agir/corrigir.

Português e Matemática. Para tanto, o índice é calculado a partir de dois componentes: a taxa de aprovação, informada anualmente para o Censo Escolar, e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo MEC: Prova Brasil, para escolas e municípios, e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. Em 2013, o Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental, das escolas públicas do Brasil, estava em 4,9. A meta é atingir 6 pontos em 2021.

Com esses e outros instrumentos de pesquisas, como as Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o país teve condições de definir indicadores e metas de qualidade, monitorá-las e instituir políticas públicas focadas no alcance dessas metas.

A seguir, listamos alguns indicadores oficiais utilizados para acompanhar a qualidade da educação e que constam de um dos documentos das discussões realizadas pela Conferência Nacional de Educação (Conae) em 2014. Organizado pelo Fórum Nacional de Educação, o documento é um apoio à reflexão, avaliação e utilização dos indicadores de acesso, permanência e aprendizagem com qualidade no planejamento e gestão das políticas públicas educacionais:³

Tempo / ano letivo	Tempo dedicado ao processo educacional medido em número de dias e de horas letivas, registrados no calendário escolar definido pela secretaria de educação e pela escola, cuja gestão permite definição de novas dinâmicas pedagógicas.
Matriculas	Importantes para dimensionar a demanda e a capacidade de oferta das redes de ensino, a partir do número de crianças e jovens nas idades apropriadas a cada etapa da Educação Básica.
Taxas de matrículas	<p>Bruta: % do número total de alunos matriculados em relação à população na faixa etária ideal correspondente a cada etapa.</p> <p>Líquida: % do número de alunos na faixa etária ideal a cada etapa da Educação Básica em relação à população na faixa etária correspondente</p>
Alfabetização	A taxa de alfabetização dos alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, aferida pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), permite aos gestores públicos inferir sobre o desempenho futuro da rede de ensino na Prova Brasil, bem como nas taxas de rendimento, justamente as duas variáveis que compõem o Ideb.
Média de ano de estudos	A média geral dos anos de estudo da população brasileira é calculada pelas taxas de rendimento aprovação, reprovação e abandono, e essa média é um indicador para se aquilatar a universalidade de acesso, permanência e sucesso do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
Taxas de rendimentos (aprovação, abandono e reprovação)	<p>Aprovação: % dos alunos que concluem o ano letivo frequentes e com sucesso, portanto aptos a continuar seus estudos na série imediatamente subsequente.</p> <p>Reprovação: % dos alunos que ao término do ano letivo apresentam nota ou frequência insatisfatória e que deverão cursar a mesma série no ano seguinte.</p> <p>Abandono: % dos alunos que deixaram de frequentar o curso ao longo do ano.</p>
Defasagem idade-série	% de alunos que apresentam o mínimo de dois anos acima da idade esperada para a série em que está matriculado.

³ Retirado do documento de consulta do CONAE 2014 – Educação Brasileira: Indicadores e Desafios. Acesso em 17.08.2020 <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacaobrasileiraindicadoresedesafios.pdf>

Enfim, indicadores e metas não existem isoladamente. Estão sempre inseridos em um contexto que pode ou não ser favorável a bons resultados, e que por essa razão precisam ser bem escolhidos, estrategicamente acompanhados e utilizados no alcance do sucesso de projetos e políticas.

Indicadores emitem sinais ou avisos associados aos objetivos e metas institucionais, de forma a captar o desenvolvimento organizacional ao longo do tempo. Na educação básica, duas instituições precisam, necessariamente, ser contempladas pelos respectivos gestores com plano de metas e ações: são elas a secretaria de Educação e a escola, ambas responsáveis por imprimir a cultura do trabalho com dados e foco em resultados, às suas equipes. Isso nos leva a pensar na forma como essas duas instituições se relacionam, de forma a garantir a necessária interface entre seus planos e suas ações.

Tradicionalmente, os organogramas das secretarias de Educação apresentam seus departamentos internos com as escolas alocadas e compartilhadas por setores que muitas vezes não dialogam entre si como, por exemplo, um departamento ou uma diretoria que cuida do ensino e outra que cuida da gestão da rede, como se o ensino não demandasse gestão. Nas secretarias municipais de cidades maiores, e nas redes estaduais, são as divisões regionais que fazem a interlocução direta com as escolas, o que acontece, na maioria das vezes, em reuniões coletivas convocadas pela secretaria.

Esse cenário, geralmente representado por estratos que remetem a uma pirâmide, com as escolas colocadas na base, transmite uma ideia de menor importância onde justamente deveria estar direcionado um “holofote” para indicar que é lá que estão os alunos, é lá que acontece a educação de fato e não somente de direito, e lá estão os personagens principais que devem ser cuidados com a máxima atenção pela secretaria.

Ora, o direito à educação e a busca pela equidade para todos somente serão realidade quando cada uma das escolas atingir o que dela se espera. Ou seja, cada uma das unidades precisa estabelecer suas próprias metas para os indicadores definidos como adequados à política, e sua consolidação se constituirá nas metas da Secretaria, tanto para o planejado quanto para o realizado.

Sob a ótica de que o sucesso de uma rede de ensino é diretamente proporcional ao sucesso de cada uma das escolas sob sua jurisdição, é importante que a secretaria de Educação se coloque na base de sustentação das escolas, e lance luzes sobre aquelas que apresentam bom desempenho nos indicadores, pelas vias da socialização e/ou adequação das práticas gestoras indutoras do sucesso para as demais. Nesse modelo de rede de um sistema educacional, a soma do potencial de cada um dos atores, os quais podem assumir a liderança em algum momento, permite a fluidez e eficácia do processo. O trabalho é realizado por grupos que se reúnem de acordo com o planejamento e necessidade. Compartilham agendas, tomam decisões e comunicam processos e resultados para todos. Quanto mais conexões acontecem e quanto mais se compartilha, ampliam-se as oportunidades de conhecimento e prática das pessoas, e mais próximo se chega das metas estabelecidas.

A gestão da política educacional é que conduz a integração entre a secretaria de Educação e as unidades escolares, tendo como eixo principal o compromisso com o sucesso do aluno e a responsabilização de todos, em cada fase do processo educacional.

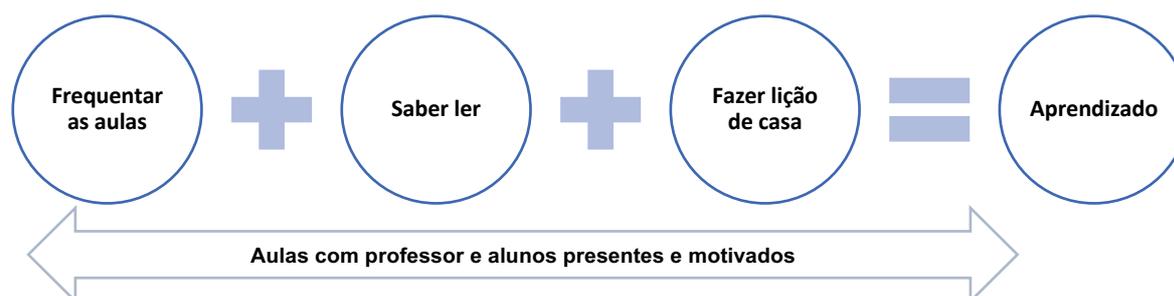
A escolha dos indicadores de sucesso

O benefício da qualidade educacional num cenário de grande diversidade, como o de nosso país, somente será realidade se soluções educacionais forem implantadas como política pública dotada de práticas gestoras e ferramentas gerenciais, ancoradas em indicadores e metas que, além de informarem sobre o ponto de partida e o ponto de chegada, expressam a qualidade do processo, as oportunidades a serem potencializadas e as ameaças a serem enfrentadas. Quanto mais relevantes, abrangentes e passíveis de mensuração forem os indicadores, maior será sua capacidade de embasar decisões.

Foi justamente essa conjugação de política pública e gestão que se mostrou como a grande responsável pelos resultados de sucesso de alunos e educadores que implementaram os programas de correção de fluxo e de gestão do Instituto Ayrton Senna ao longo dos anos.

Cumprir dizer que a escolha dos indicadores eleitos pelas soluções não foi aleatória, mas sim oriunda das análises da Fundação Carlos Chagas, responsável pela série de avaliações externas dos programas Se Liga e Acelera Brasil, por mais de dez anos consecutivos, realizada com a aplicação de três tipos de instrumentos: prova objetiva de Língua Portuguesa e Matemática, redação e questionários qualitativos, respondidos por alunos e professores. A análise dos resultados levou à identificação das variáveis que mais contribuíam para o sucesso das crianças.

Observou-se no geral, com pequenas alterações entre as diversas redes parceiras, que os alunos que se destacavam pelo bom desempenho acadêmico não faltavam às aulas, iam bastante e realizavam as tarefas de casa. Ou seja, **ser frequente às aulas, saber ler e realizar a lição de casa** se revelaram fatores decisivos para o sucesso da aprendizagem. São fatores comportamentais passíveis de desenvolvimento e requerem basicamente a presença do professor e a oferta das horas de aula previstas, devidamente planejadas para atenderem tanto a situações gerais quanto às específicas.



Nesse cenário, então, é que se constituiu o conjunto de indicadores apresentados no quadro abaixo, bem como suas respectivas metas, definidas com base nos resultados vivenciados ao longo dos anos das parcerias entre o Instituto Ayrton Senna e as redes públicas de ensino. Esses indicadores quantitativos são acompanhados e monitorados durante o ano e servem para a avaliação processual das intervenções realizadas. A sistemática de acompanhamento começa em sala de aula, com aluno e professor, mas gradativamente envolve coordenadores, mediadores, diretores de escolas e equipes da secretaria de Educação. Do ponto de vista do professor, a unidade de observação é o aluno, mas a mensuração dos dados é consolidada por turmas.

INDICADOR	O que é	META/ano
Dias e Horas Letivos	Nº de dias/horas cumpridas do calendário escolar	200 dias/800 horas
Reuniões pedagógicas	Nº de reuniões de planejamento e estudo com professores	20
Presença do mediador/coordenador pedagógico em sala de aula	Nº de observações em tempo integral da aula	40
Frequência de professores	Média de presença do professor em sala de aula	98%
Frequência de alunos	Média de presença dos alunos em sala de aula	98%
Para Casa realizado	Média de lições de casa entregues	95%
Livros lidos por aluno	Nº de livros lidos por aluno/ano	30/40
Alfabetização no 2º ano	Percentual de alunos que dominam as habilidades relativas à alfabetização	95%
Aprovação	Percentual de alunos aprovados ao fim do período	95%
Reprovação por falta	Percentual de alunos reprovados por falta ao fim do período	2%
Distorção idade-série	Percentual de alunos, em cada ano escolar, com idade superior à recomendada	5%

A escolha desses indicadores teve uma construção lógica, pois seu uso analítico, e não linear, permite um olhar sistêmico sobre todo o processo educativo. Didaticamente, podemos separá-los, apontando aqueles que estão associados a um impacto nos resultados do rendimento escolar, ou seja, a situação do aluno ao final do ano letivo, e outros que se relacionam a situações e circunstâncias que contribuem para a concretização da aprendizagem.

A partir dos indicadores considerados de resultado podemos avaliar se a rede está garantindo o ingresso, a permanência e a conclusão dos estudos, no tempo certo e com qualidade, de todos os alunos. A análise desses indicadores funciona como uma espécie de “termômetro” para a identificação do grau de sucesso dos alunos. Se há reprovação e congestionamento do fluxo escolar, decorrentes muitas vezes da não alfabetização no 2º ano, é um sinal de que algo não vai bem.

Já os indicadores de processo, que são acompanhados ao longo do ano, mostram o quanto as ações desenvolvidas conduzem ao alcance das metas finais e intermediárias, e se requerem ajustes imediatos para garantirem o sucesso dos alunos.

Se o objetivo das escolas é oferecer educação de qualidade a todos os alunos, precisamos garantir durante todo o ano letivo um contexto ideal para que o processo de ensino aconteça com eficiência e eficácia e os resultados finais concretizem a situação de aprendizagem.

INDICADORES



Indicadores de resultados

Alfabetização no 2º ano

O direito à educação e a obrigação do Estado e da família em promovê-lo é inquestionável, e se apresenta legalmente na Constituição Federal e em outros documentos legislativos. Dar concretude a esses anseios é, na verdade, construir uma nação justa e equitativa, conduzida por cidadãos conscientes de direitos e deveres, solidários e preparados para tomarem as decisões mais acertadas de acordo com princípios éticos coletivos.

Para aquilatar a importância da educação formal, no zelo pelas determinações legais, basta respondermos a duas perguntas: “por onde começar?” e “onde e quando se formam esses cidadãos?” Para responder a essas duas questões, pensemos sobre o elemento que permitiu ao Brasil constituir-se em unidade, apesar da enormidade de seu território e diversidade climática, geográfica e cultural, fruto das variadas formas de ocupação e exploração, que deu origem, inclusive, à expressão: “somos vários brasis”. Nossa unidade está assentada no fato de nos comunicarmos numa língua que possui plasticidade suficiente para incorporar e se enriquecer com características e expressões regionais, e que nos identifica como Nação.

Apropriar-se do código linguístico, dominando a compreensão e o uso da escrita formal, é o primeiro grande passo rumo à concretização dos anseios legais, que precisa acontecer no início da escolarização. Caso isso não se confirme, ou se prolongue por um tempo maior, todos perdem, indivíduo e sociedade. O primeiro perde por ser excluído ou se autoexcluir do universo da cidadania na medida em que assume uma falsa incapacidade, e a sociedade perde por se

ver privada de potenciais construtores de desenvolvimento e sustentabilidade. A resposta à pergunta “por onde começar” é, assim, contemplada pela alfabetização.

Embora a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades possam acontecer informal e individualmente, as sociedades buscaram, ao longo da história, formalizar processos e definir espaços específicos – as escolas – para educar suas crianças e inseri-las no mundo do conhecimento formalmente construído. Essa inserção, numa sociedade letrada, passa obrigatoriamente pelo que chamamos de alfabetização, que deve acontecer nos primeiros anos do Ensino Fundamental, embora não se esgote neles. A escola assume um papel primordial de “onde e quando” se formam os cidadãos.

É difícil estabelecer uma idade certa para a alfabetização, dado ser um processo que decorre de muitas variáveis, como o ambiente de vivência da criança, suas experiências prévias com material escrito, seu interesse, a forma como é apresentada à educação formal, sua condição de saúde etc., mas é certo que é perfeitamente plausível que ocorra aos seis ou sete, e que aos oito se consolide.

Para que isso ocorra é preciso que a rede de ensino transmita com clareza o conceito de alfabetização para educadores e famílias, esclarecendo o que se espera das crianças em cada ano do ciclo de alfabetização, ou seja, que nível de alfabetização deve chegar no 1º, 2º e 3º anos. E crie sistemas regulares de controle e registro da evolução de todos os alunos matriculados nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, a serem adotados em todas as escolas pelos professores e coordenadores pedagógicos responsáveis por essas turmas. O acompanhamento permite às equipes da escola e da secretaria adotarem estratégias de correção de rumos durante o processo, planejarem atividades de superação de dificuldades e garantir que todos os alunos concluirão o 3º ano devidamente alfabetizados, segundo o referencial curricular definido para essa fase da escolarização.

Aprovação

Se tomarmos a função social da escola e seu compromisso para com o sucesso na formação plena dos estudantes, seria esperado que a aprovação ocorresse naturalmente ao final do ano letivo, mas não é esse o resultado para mais de dois milhões de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Embora a taxa de reprovação tenha declinado gradualmente nos últimos anos, seu comportamento é desigual entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental, dada a maior redução no primeiro caso, que chegou a um dígito, não ter ainda se refletido no segundo segmento onde permanece acima de 10% (dados MEC 2018).

Acompanhar os resultados deste indicador constitui-se, então em um dever legal e, acima de tudo, um dever moral, pois a interrupção da vida escolar coloca em risco o exercício da cidadania e a própria sociedade. Isso vai muito além da questão prática desencadeada pela instituição do Ideb, que despertou nas redes de ensino a preocupação mais com o lado negativo do indicador que é a reprovação, dado ser esta uma variável que compromete o crescimento do índice, do que com o conceito da aprovação, que deve indicar a boa qualidade da educação, ou pelo menos deveria.

É importante que se compartilhe com a equipe oficialmente responsável pela condução do processo formal da educação, a começar pela sala de aula, o foco da análise do fracasso escolar, tradicionalmente colocado sobre o aluno e sua família, pois qualidade da educação é síntese da qualidade da aprendizagem e da qualidade do ensino. Em tese não houve ensino quando não há aprendizagem.

O professor é o primeiro responsável pelo sucesso do aluno, já que é o profissional mais presente e próximo da criança ou do jovem durante sua escolaridade, mas nem sempre é o único responsável pelo seu fracasso, pois, até chegar à sala de aula, muitas outras decisões e ações acontecem ou aconteceram, e cada um de seus protagonistas tem sua parcela de contribuição e de responsabilidade. O professor, portanto, não pode, em hipótese alguma, se sentir solitário na tarefa do ensinar e, principalmente, na busca por soluções às dificuldades que inevitavelmente enfrentará.

Assim, ganha papel de destaque o estabelecimento de parâmetros para a qualidade da aprendizagem, as chamadas propostas, orientações ou referenciais curriculares. O nome é relativo, pois o que realmente importa é seu conteúdo “apontar o norte” para o professor, o que se espera que o aluno aprenda e o que se espera que o professor ensine a cada ano escolar. Essa definição não é individual, uma escolha de cada professor. É, sim, uma definição das comunidades intra e extraescolar, que acontece nos espaços da Secretaria e da escola. Com base nesse parâmetro é que se desenvolve a avaliação e o veredicto sobre o presente e o futuro do aluno, o que é muito sério, pois se trata da integralidade de sua vida, já que aluno e cidadão são uma só pessoa e conceitos indissociáveis.

A organização curricular, embora padronizada, dirige-se a indivíduos com características próprias a serem reconhecidas e compreendidas pelos educadores, já que aprendem, agem e reagem de formas diferentes, fruto de ambientes, estruturas familiares, experiências e culturas diversas. Essa diversidade implica em procedimentos e estratégias pedagógicas também diversificadas, embasadas em conhecimentos sobre a forma como o aluno aprende. O planejamento do professor, assim, deve conter situações que motivem, desafiem e mobilizem o aluno a aprender, a ser curioso e se expressar, individual ou coletivamente.

Não podemos nos esquecer das formas de se aferir e registrar o conhecimento do aluno, e de como isso impacta o resultado ao final do cada ano letivo, principalmente porque é comum o uso da chamada “nota mínima”, obtida em provas pontuais, para o veredicto da aprovação. Ou seja, em muitas situações se avalia o aluno em momentos pontuais e não ao longo de todo o processo, com pouca variedade de instrumentos, sem levar em conta sua melhor forma de expressar conhecimentos e se valer de habilidades.

O importante é olhar para cada um dos alunos em sua individualidade, sem torná-los um número que participa da composição da média da turma, o que acontece com muita frequência. A média é uma informação importante para quem olha de fora da sala de aula, por indicar possíveis dificuldades e intervenções, mas que pode esconder, por outro lado, onde elas se localizam e se concentram em alguns alunos ou, diferentemente, se atingem a maioria, mesmo que em graus diferentes.

Identificar a causa que levou o aluno a estar acima ou abaixo da média é crucial para se chegar ao resultado almejado, pois a melhora nas médias pode levar ao reforço das desigualdades quando resultam de avanços daqueles que já estão à frente, e não do deslocamento dos que estão mais atrás, justamente os que precisam de maior atenção e apoio.

Reprovação por Faltas | Abandono

Este indicador reflete o comportamento de indicadores tratados anteriormente, já que, para que o aluno seja reprovado por faltas, é preciso, primeiro, ter havido a aula e, segundo, o aluno não ter estado presente em várias delas, uma vez que o abandono nada mais é do que o acúmulo de faltas que, somadas, ultrapassam 25% dos dias ou aulas previstas e dadas. Ou seja, dificilmente o abandono acontece de um dia para o outro e deve-se ficar atento para, diante de qualquer evidência, entrar com alguma intervenção para se evitar esse desfecho.

Ao adotar a expressão *Reprovação por faltas* em substituição ao tradicional *Abandono*, o Instituto Ayrton Senna não o faz simplesmente para dar um novo rótulo a um fato antigo, mas para que os educadores se conscientizem de que esse é um mal que pode ser evitado se forem proativos na sua reversão, e que jamais o aluno deve ter seu nome “riscado”, ou ter a ele acrescida a palavra abandono na lista de chamada durante o transcorrer do ano letivo. O abandono só se concretiza ao final do ano letivo. Trabalhar pelo retorno do aluno é um dos compromissos a ser assumido pela equipe escolar para com seus alunos e para com suas famílias.

Esse compromisso é tão estratégico para o sucesso de alunos, educadores e famílias que merece atenção, tempo e dedicação de todos os envolvidos, para que as decisões e ações aconteçam de fato e não apenas de direito, pois devem funcionar como uma rede de proteção para crianças e jovens, uma vez que a ausência da escola pode significar situação de vulnerabilidade social com a exposição a ambientes nocivos ao seu desenvolvimento integral, sem que a família sequer tenha conhecimento do fato, na crença de que o filho esteja diariamente protegido no ambiente escolar.

O retorno do aluno é sempre possível, independente das faltas que se acumulam, pois elas podem ser revertidas conforme Art 24º da LDB, que trata do desempenho do aproveitamento e dos avanços da aprendizagem, com a *prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos*. Sempre é possível que o aluno surpreenda pela aprendizagem aparentemente incompatível com sua frequência, e os educadores precisam apostar nisso. Essas situações precisam estar previstas no Regimento Escolar, um documento que toda escola deve ter construído e ter sido referendado pelo colegiado.

A frequência dos alunos ainda é um desafio a ser enfrentado diariamente por meio de práticas gerenciais simples e objetivas tais como registro da falta, das causas e das justificativas, aluno por aluno, turma por turma e escola por escola, relacionando-os ao desempenho discente e docente, o que permitirá a adoção da solução mais adequada a cada caso e a cada realidade. Não raramente as causas e as justificativas estão no âmbito da própria escola e podem ser superadas pela qualificação da gestão da sala de aula e da rotina escolar.

Correção de Fluxo Escolar

Taxas de reprovação e abandono elevadas contribuem para a distorção do fluxo escolar, provocando um contingente de alunos fora da idade ideal para cada etapa de ensino. **Fluxo escolar** diz respeito ao acesso, permanência e conclusão do processo de escolarização, indicando a progressão de alunos, em determinado nível de ensino, em relação à sua condição de promovido, repetente ou evadido.⁴

As taxas de promoção, repetência e evasão compõem o que se denomina taxas de transição, pois indicam como os alunos progredem de um ano ou de um ciclo para outro. As taxas de transição não podem ser confundidas com as taxas de rendimento, pois estas indicam o resultado de cada período letivo e se expressam nas taxas de aprovação, reprovação e abandono, condições nas quais cada aluno deve ser classificado ao final do período letivo. O aluno aprovado é promovido para o ano seguinte. Abandono é quando o aluno não frequenta mais as aulas e é reprovado por excesso de faltas. O estudante também pode ser reprovado por desempenho. Se no ano seguinte esse aluno se matricula na mesma série em que estava, ele é considerado repetente. Quando o aluno reprovado ou mesmo aprovado não se matricula no ano seguinte, é considerado evadido.

Em sua experiência com a implementação de soluções educacionais em redes públicas de ensino, o Instituto Ayrton Senna constatou que, em média, de 6% a 10% das matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental são de alunos reprovados no ano anterior. Na raiz desse problema gravíssimo da educação está a baixa qualidade do ensino, consequência da negligência dos sistemas de ensino para com os fatores básicos da Educação Formal: aula, professor, aluno e aprendizagem/alfabetização eficiente. Está construído, assim, um cenário potencialmente excludente, com alunos desmotivados e desacreditados, a um passo de engrossarem a estatística da evasão ou da distorção idade-série.

⁴ Ocimar Munhoz Alavarse, <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=7>

Ainda há outro aspecto da distorção além do custo pessoal e intangível, que é o impacto financeiro, totalmente passível de ser tangibilizado e que precisa também estar na lista de temas a serem cuidados pelos gestores em todas as esferas educacionais. Isso porque esses profissionais administram processos que requerem investimentos, mas a manutenção de parcela de alunos com distorção acarreta gastos que “roubam” recursos que deveriam ser empregados para qualificar recursos humanos, materiais e infraestrutura. Uma rede ou uma escola que tenha 20% de alunos com distorção acima de dois anos, por exemplo, pode apresentar déficit de salas de aula e de professores, quando na verdade os recursos existem, só que em atendimento a uma clientela que deveria estar em outra etapa. O pior é que mesmo que permaneça na escola, que tenha o acesso garantido, esse aluno fica desestimulado para nela permanecer.

Ao produzir o fenômeno da distorção idade-série, a rede de ensino deve entender que o primeiro passo para a eliminar é corrigir o fluxo escolar, por meios de ações voltadas à alfabetização e aceleração do processo de aprendizagem dos alunos que não foram alfabetizados na idade correta. Não é uma questão de escolha, é uma urgência necessária a ser enfrentada pela via da política pública.

Indicadores de Processo

Calendário Escolar

A Lei 9.394 de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trata deste indicador em alguns artigos:

Artigo 12, inciso III: cabe aos estabelecimentos de ensino *assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;*

Artigo 13 inciso V: cabe aos docentes *ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*

Artigo 23 § 2º: *O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;*

Artigo 24 inciso I: determina que, para os níveis fundamental e médio da educação básica, *a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;*

Artigo 34: *a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.*

Com base nos artigos destacados, podemos tirar algumas conclusões:

- O calendário escolar é definido pelo sistema ou rede de ensino;
- As atividades letivas independem do ano civil, o que significa que, em função de peculiaridades locais, podem avançar para o início do ano seguinte, se preciso for, para garantir as 800 horas;
- Alterações são possíveis, tanto para a rede de ensino quanto para casos de unidades escolares em particular, mas sempre sob a responsabilidade da rede, o que significa que toda e qualquer alteração deve ser autorizada pela Secretaria de Educação;
- As alterações não podem, em hipótese alguma, reduzir o número de horas letivas, ou seja, dia letivo com menor número de horas não deve valer para cumprimento de calendário, uma vez que ao final do período não foram ofertadas para o aluno as 800 horas legais a que tem direito;
- Dia ou hora letiva somente tem validade quando houver efetivo trabalho escolar, ou seja, atividades que contem com a presença e a interação entre alunos e professores. Assim, reuniões pedagógicas, de planejamento ou de pais, que ocupem metade das horas de aula do dia, não podem ser computadas nas 800 horas, por exemplo, pois ferem a LDB ao reduzir as oportunidades de aprendizagem do aluno.

O Parecer CNE/CEB nº 05/97, da Câmara da Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), esclarece:

Quando o texto se refere à hora, pura e simplesmente, trata do período de 60 minutos. Portanto, quando obriga ao mínimo de “oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar”, a lei está se referindo a 800 horas de 60 minutos, ou seja, um total anual de 48.000 minutos:

- Quando dispõe que a “jornada escolar no ensino fundamental é de 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula”, está explicitando que se trata de 240 minutos diários, no mínimo;
- A atividade escolar é toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados.

Com base no acima exposto, é certo dizer que o calendário escolar é a primeira ferramenta de que a escola dispõe para fazer a gestão do trabalho pedagógico, pois é a partir dele que se torna possível realizar a etapa do planejamento escolar, desde o Projeto Político Pedagógico até o plano de trabalho de cada profissional que atua nesse espaço. É importante ressaltar que o planejamento constitui a primeira etapa do ciclo gestor, seguida pela etapa da execução, que precisa ser sistematicamente acompanhada pelos responsáveis para que medidas de correção aconteçam a tempo e não comprometam as metas de aprendizagem. Somente assim será possível repor, mês a mês, horas e dias letivos não realizados, e garantir ao aluno o tempo a que tem direito para aprender.

Acompanhar o cumprimento do calendário escolar é, portanto, uma ação pedagógica e não burocrática ou meramente administrativa, como é comumente entendida. Trata-se de mudar a cultura escolar, de implicar professor, coordenador e diretor com o acompanhamento diário das ações planejadas, como gestores também da rotina escolar.

Frequência do professor

Frequência de professores e de alunos pressupõe presença do profissional e de estudantes no mesmo ambiente e na mesma hora, dentro ou fora do espaço escolar. Não se caracteriza como aula ou atividade escolar o evento que não tenha a presença desses atores.

Difícil pensar a sala de aula sem a que alunos e professores lá estejam física e emocionalmente, pois sua interação é que dá concretude aos processos de aprendizagem e de ensino, mesmo quando a educação formal se apresenta no modelo virtual, que precisa equacionar o distanciamento físico com a proximidade afetiva.

Dessa forma, o conceito de sala de aula transcende o espaço físico/material, e se firma no espaço invisível/imaterial, tanto na dimensão do intelecto quanto na do emocional, e cria a possibilidade para a (re)construção de aprendizagens, conhecimentos e atitudes fundamentais para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens.

Para serem considerados dia e hora letiva, toda e qualquer atividade escolar precisa estar devidamente planejada pelo professor e fazer parte do projeto político e da proposta pedagógica da escola, além de ser conduzida por professor devidamente habilitado, conforme normatiza o CNE CNE/CEB nº5/97.

Ao se ausentar da atividade escolar, em sala de aula ou não, o professor põe em risco não somente o seu trabalho, mas o da unidade escolar como um todo, uma vez que a construção do PPP é coletiva e depende da postura de cada profissional para sua efetivação. Os planos norteadores das ações educativas não podem ter vida própria, ou seja, é de fundamental importância que atuem como vasos comunicantes e se “conversem” continuamente.

Para além do impacto pedagógico que a infrequência do professor provoca, é preciso considerá-la também do ponto de vista legal, do dever decorrente da relação de trabalho estabelecida entre ele e a rede empregadora. A premissa de que o professor tem a possibilidade de faltar ao trabalho, e se valer das possibilidades legais como abandono e justificativa, não afasta o dever de cumprir seu contrato de trabalho, com qualidade. Por isso, toda falta precisa ser registrada, seja ela justificada ou não. Se o professor faltar e tiver substituto, sua falta precisa ser registrada e o dia letivo creditado para o aluno. Mas este somente terá valor se não houver interrupção no ensino, ou seja, se a substituição der sequência ao planejado.

É importante, então, que se reflita sobre a qualidade da reposição e de uma eventual substituição, que deve ser feita por um profissional qualificado. Isso significa que a escola ou a rede de ensino precisa ter agilidade na cobertura dos

dias letivos, e conte com profissionais conhecedores da proposta pedagógica da escola e do planejamento dos professores que venham a substituir. Eles não podem “cair de paraquedas” na sala de aula, mas sim serem parceiros do professor e desenvolverem atividades segundo orientações previamente preparadas pelo titular.

Quando é o próprio professor quem repõe a aula em outro dia e em outro horário, a falta continua a existir, mesmo que seja abonada e não implique em perda de vencimentos, devidamente registrada no dia em que vier a ocorrer. Mas é preciso analisar a questão pela ótica do aluno que nem sempre poderá estar presente no novo horário e ser, então, duplamente prejudicado, pela ausência primeira do professor e pela sua própria na reposição que, no fundo, atende ao interesse do professor e não ao do aluno.

Os diretores de escola precisam estar alerta para o registro das faltas, pois ao não as registrar ele terá atestado oficialmente uma inverdade. Suponhamos que naquele dia tenha ocorrido uma situação delicada com algum aluno em sala de aula, e que a família resolva responsabilizar a escola, o professor titular confirmaria sua presença, conforme registrado em livro específico, ou se defenderia por ter estado ausente? Como ficaria a situação do diretor que atestou sua presença?

É incontestável o fato de o professor ser o agente transformador mais próximo dos alunos, portanto o primeiro responsável pelo seu sucesso. Ele é, e deve ser exemplo e modelo inspirador para crianças e jovens quererem conquistar seu espaço no presente e no futuro. Sua presença diz ao aluno que ele também deve ser assíduo, enquanto que sua ausência transmite falta de compromisso com a escola.

Não basta estar à frente da sala de aula e dos alunos, é preciso estar entre os alunos e comprometer-se com um ensino voltado para a aprendizagem.

Frequência do aluno

Espaço e tempo escolares explicitam o nível e a qualidade do cuidado e do compromisso que uma sociedade tem para com o desenvolvimento intelectual e emocional de suas crianças e jovens, principalmente porque é lá que devem estar entre os quatro e os 17 anos de idade, conforme lhes garante a Constituição brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Um direito do cidadão e um dever do Estado.

O primeiro dia de aula na vida de uma criança é marcado pela emoção, onde se misturam ansiedade pelo novo e desconhecido, receio pelo afastamento da família, ou alegria pelo uso de roupas diferentes e pela compra de mochilas e materiais. Para muitas das crianças, essa é a primeira experiência de individualidade, de estar sozinho e “sobreviver” por seus próprios recursos. Mas quanto dura esse clima de bem-estar? Ele se mantém após o 1º ano do Ensino Fundamental?

Infelizmente, a resposta é negativa para muitas delas, e a escola se torna um universo dividido entre o social e o acadêmico. É muito bom curtir os amigos e os momentos de descontração com jogos e festas, mas “a escola é muito chata”, como bem se expressam elas, que não veem sentido nos conteúdos e tarefas que lhes são apresentadas, como também não entendem o porquê de terem de ficar sentadas por longos períodos quando a idade lhes coloca naturalmente em movimento.

Estabelece-se, então, uma dicotomia entre o pensado pelas redes e escolas e o percebido pelos alunos, e muitos deles não conseguem transferir para o acadêmico o prazer que desfrutam pelo lado social, e muito menos apropriarem-se dos conhecimentos que lhe são apresentados. Constrói-se, assim, um possível ciclo vicioso de fracasso: desinteresse, não aprendizagem, reprovação, abandono e evasão e, conseqüentemente, distorção idade/ano escolar.

Cabe à escola não perder o entusiasmo inicial e transformá-lo em algo duradouro, de forma a dar continuidade ao acesso, que está quase universalizado em nosso país, ao transformá-lo em permanência, primeiro passo para o sucesso da criança. A frequência do aluno é essencial para a apropriação de tudo que o ambiente possa lhe oferecer, não só nos aspectos material/físico e do conhecimento formal, mas principalmente no aspecto imaterial/invisível das relações colaborativas e solidárias, que lhe permitem desenvolver a criatividade e a criticidade tão importantes para o desenvolvimento da cidadania.

A escola que assume, de fato, a responsabilidade pela permanência do aluno, foge das explicações clássicas mais fáceis e cômodas, que lançam a culpa sobre a criança e/ou a família, e busca em seu interior as causas da

desmotivação e desinteresse, pois sabe que estes estão visceralmente ligados à gestão da rotina escolar e da sala de aula. As pesquisas apontam que, segundo os alunos, o principal motivo para se ausentarem é a não compreensão do conteúdo e das atividades, o que faz com que eles fiquem desinteressados, desmotivados pela forma como as aulas são desenvolvidas, com propensão a abandonar a escola.

Cabe aqui uma pergunta que escola e secretaria de Educação precisam se fazer: o aluno não aprende porque falta ou falta porque não aprende?

É muito difícil ir contra as evidências trazidas pelas pesquisas, pois o aluno ausente interrompe seu processo de aprendizagem e, ao retornar no dia seguinte, não consegue acompanhar os colegas que se fizeram presentes. O professor, também, muitas vezes não faz por reinseri-lo na caminhada, e ele fica como que invisível, pois presente de corpo e ausente na percepção do professor e, o que é pior, propenso a atitudes inadequadas como única estratégia para chamar a atenção de todos. Isso deve ser entendido como um “grito de socorro”, às vezes o único que lhe resta.

Uma equipe responsável reconhece, então, a importância do trabalho planejado ou replanejado coletiva e sistematicamente, pois o aluno não é de um ou outro professor, mas sim da comunidade escolar. Como também compreende que abandono dificilmente acontece de repente, mas resulta de uma construção dia após dia, com faltas que se acumulam sucessivamente e de forma pulverizada, no início, mas que se intensificam até se tornarem absolutas e configurar o **abandono**. A **evasão** requer um estudo diferenciado, pois ela não atinge somente alunos que vivenciam o fracasso da aprendizagem, mas também alunos que, embora tenham sido aprovados no ano anterior, optam por não retornarem às aulas e nem irem para outro estabelecimento, já que não chegam a pedir transferência. É importante que a escola pesquise seu histórico para saber se a aprovação foi meramente burocrática, ocorrida sem aprendizagem. Nesses casos, os alunos podem optar pelo seu afastamento para evitarem situações futuras constrangedoras perante professores e colegas.

Mas, seja reprovação por falta/abandono, ou evasão, a realidade é que quando retornarem à escola em algum momento futuro, o fazem já com idade acima da maioria da dos colegas da turma, e contribuem para o crescimento da taxa de distorção na escola e na rede de ensino.

É importante a escola ter ciência de que, em muitas situações, será necessário recorrer a instâncias específicas para problemas específicos, pois há assuntos que fogem de suas mãos. É quando precisa recorrer ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, por exemplo, a depender do problema e da estrutura social e jurídica local, uma vez vencidas as possibilidades no âmbito da escola e da Secretaria de Educação.

É importante lembrar o que está registrado no Art. 24º da LDB, incisos V e VI:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) **avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;**
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries **mediante verificação do aprendizado;**
- d) aproveitamento de **estudos concluídos com êxito;**
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

Destacamos acima alguns trechos em negrito com o objetivo de mostrar o cuidado do legislador para com o direito do aluno à aprendizagem, ao mesmo tempo em que responsabiliza profissionais e organizações escolares pela oferta de diferentes situações de ensino e de verificação do desempenho, com o devido alerta sobre a prevalência dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Respeito ao tempo legalmente previsto para a aprendizagem, espaço escolar agradável e acolhedor, professores presentes e preparados para conhecer e atender às diferenças individuais de crianças e jovens sob sua responsabilidade, e alunos motivados e envolvidos com seu próprio desenvolvimento, aí estão os componentes básicos para a perseverança na busca do sucesso.

Reuniões pedagógicas e acompanhamento às turmas

Reuniões pedagógicas, realizadas na escola, assim como o acompanhamento às turmas, realizadas pelo mediador/coordenador pedagógico, têm como objetivo a eficiência do processo de ensino e aprendizagem. Esses encontros fazem parte da formação continuada de educadores ao longo do ano letivo. Já a falta de um acompanhamento mais de perto do trabalho escolar deixa com que pequenas dificuldades se transformem em grandes empecilhos que podem atrapalhar o caminho do sucesso do aluno. As observações de aulas feitas pelo mediador/coordenador pedagógico têm a finalidade de acompanhar o desempenho do professor, a dinâmica da turma, o desenvolvimento do planejamento num processo de coleta de informações preciosas que serão transformadas em dados para análise e estratégias de intervenções, quando necessárias.

As formações em serviço costumam ter impacto direto na aprendizagem do aluno. E devem ser permanentes: **políticas públicas** educacionais precisam garantir que os professores se apropriem de conhecimentos ao longo de toda sua carreira.

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

A reunião pedagógica é um dos instrumentos de apoio para mediadores, coordenadores e professores refletirem sobre o fazer docente, além de permitir trocas de experiências, aprofundamento teórico, leitura e análises de dados dos indicadores de sucesso, de busca de superação das dificuldades e de construção de conhecimentos. As reuniões acontecem ao longo do ano e devem ter como referência as metas a serem atingidas e se estabelecerem como espaços efetivos para a formação continuada dos professores/educadores.

As reuniões pedagógicas devem ser planejadas a partir de objetivos claros e específicos, tendo em vista atender à demanda de necessidade da equipe de professores, coordenador pedagógico e mediador, com foco no planejamento a ser desenvolvido pelo professor.

Também é importante considerar que esses encontros se coloquem como oportunidade de discussão coletiva, de escuta, de reflexões com os docentes sobre o seu desempenho, sobre a necessidade de intervenções específicas para enfrentar os desafios colocados pelos alunos em relação ao desenvolvimento das habilidades e às condições de aprendizagem de cada um e da turma.

Esse espaço pedagógico deve ser estruturado para a formação de profissionais de educação que falem com propriedade do que a escola pensa e ainda reflitam a necessidade de vincular o seu plano de aula ao PPP da escola.

Diretores de escolas e gestores educacionais devem assumir uma atitude proativa, tanto no reconhecimento das melhores práticas que surgirem do debate coletivo e na oferta das condições para que elas se disseminem pela rede, quanto na demanda à Secretaria para suprir as carências de sua equipe. Os sistemas de ensino de alto desempenho dão ênfase à gestão escolar, principalmente ao papel do diretor como líder da formação continuada de seus professores e funcionários, ao invés de se ocupar só com tarefas burocráticas.

Pelo menos quatro momentos devem ser previstos nas reuniões pedagógicas:

1. planejamento a partir das Matrizes de Habilidades e Competências;
2. estudos de temas relacionados às necessidades postas pelo planejamento;
3. trocas de experiências e práticas exitosas;
4. avaliação.

Um detalhe nesse processo é o registro sistemático das discussões dessas pautas, incluindo problemas e soluções encontradas, no sentido de produzir conhecimento que servirá de referências para outras equipes que virão no futuro, ou mesmo para compartilhar essas práticas com outras escolas da rede de ensino.

ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO E DINÂMICA DA SALA DE AULA

O acompanhamento do mediador ou do coordenador pedagógico à sala de aula tem o objetivo de observar o desenvolvimento do planejamento previsto e poder discutir com o professor, posteriormente, sobre eventuais correções de planos, dirimir dúvidas e dar orientações referentes aos alunos e ao planejamento da aula, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola. A necessidade de observação contínua da turma favorece um melhor diagnóstico da realidade de aprendizagem dos alunos, bem como mapear o progresso de desempenho do professor.

A organização, leitura e interpretação dos dados observados em visitas técnicas é o primeiro passo para a reflexão compartilhada da equipe escolar e dos gestores da secretaria de Educação na construção do conhecimento que permitirá estabelecer ações de superação e apoio efetivo ao trabalho pedagógico.

Para que o profissional tenha êxito no seu papel de acompanhamento, é necessário:

- conhecer os materiais das soluções educacionais e a rotina das aulas;
- entender a sistemática de acompanhamento;
- garantir a rotina pedagógica e gerencial dos programas;
- garantir o cumprimento do cronograma previsto de dias letivos para cada solução;
- acompanhar cada turma sob sua responsabilidade, semanalmente, no período integral da aula;
- dialogar com o professor sobre a sua prática e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos;
- apoiar constantemente o professor e, para isso, precisa conhecer a situação de leitura, escrita e produção de texto em que cada aluno se encontra;
- ler todos os livros da caixa de literatura, para apoiar o professor no planejamento das aulas;
- manter contato com as famílias dos alunos para quaisquer necessidades, de falta, entrega de tarefa de casa ou quaisquer outras ocorrências;
- garantir a fidedignidade dos dados e a permanente atualização dos mesmos;
- realizar as reuniões de planejamento com o grupo de professores, por solução, na periodicidade correta (uma vez por semana ou a cada 15 dias com duração de no mínimo 4 horas) para oportunizar a troca de experiências, discutir problemas comuns, que não foram possíveis analisar na visita semanal;
- estudar com os professores cada item do relatório de visita;
- manter reuniões semanais com o coordenador municipal para analisar a situação de TODAS as turmas que acompanha.

Livros lidos

Ensinar a ler e a escrever é a principal função da escola. E aprender a ler e a escrever, para o aluno, significa não apenas conhecer o sistema de escrita, mas de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação tão necessárias para se firmar como sujeito crítico e autônomo no mundo contemporâneo. A leitura e a escrita são fundamentais para o aprendizado de todas as matérias escolares. Por isso, em cada ano, o aluno precisa ampliar mais e mais sua capacidade de ler e escrever, para seguir aprendendo e desenvolvendo suas competências.

A **criança que consegue ler** e ter contato com livros de literatura desde cedo, aprende melhor, e se comunica melhor. O professor precisa ter clareza que atividades de leitura devem contribuir não apenas para a proficiência leitora, mas principalmente formar leitores aptos a escolher a informação adequada para buscar a solução de problemas que devem enfrentar e capazes de ler nas entrelinhas, assumindo uma posição própria frente aos textos com os quais interage. Isto é, desenvolver o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os alunos devem ser capazes, entre outras coisas, de: utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação; saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; e questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Assumir este desafio significa abandonar as atividades mecânicas e desprovidas de sentido, que levam as crianças a distanciarem-se cada vez mais da leitura por considerá-la uma mera obrigação escolar. Significa também conseguir que a leitura e a escrita deixem de ser na escola somente um objeto de avaliação, para se constituírem realmente num objeto de ensino; é tornar possível que todos os alunos se apropriem da escrita e a ponham em prática, sabendo, por experiência, não por transmissão verbal, que é um longo e complexo processo constituído por operações recorrentes de planejamento, textualização e revisão.

Neste contexto, precisa ser reafirmada a importância da habilidade de se expressar, adequadamente, fundamental em nossos dias. Por isso, durante toda a aula, e, principalmente no momento de atividades de leitura, o professor deve estimular os alunos a falarem, comentarem seus livros lidos, fazendo críticas e resumos orais. Quando o professor faz leitura em voz alta para seus alunos e faz perguntas, ele está ajudando na percepção da necessidade de se fazer um caminho coerente para o entendimento.

Desta forma, é preciso pensar estratégias adequadas e estimulantes para os alunos entenderem a importância da leitura no seu processo de aprendizagem. Uma das orientações básicas é que todos os professores precisam ler os livros de literatura que indicarem aos alunos para saber o teor da história e assim ter condições de acompanhar o avanço dos alunos na leitura e poder apoiá-los em suas dificuldades de interpretação do conteúdo.

Nos programas de correção de fluxo do Instituto, além do “Cantinho da Leitura” com livros de literatura em sala de aula, está previsto na rotina um tempo específico para “curtir a leitura” em que o professor deve utilizar várias estratégias de leitura que oportunizem a explicitação de ideias principais e secundárias do livro, pelo aluno leitor. Pode solicitar ainda aos alunos:

- Comentarem as histórias lidas;
- Escreverem as histórias;
- Inventarem novas histórias a partir do assunto lido;
- Fazer relação com outros livros lidos;
- Dramatizarem a história individualmente ou em grupo;
- Apresentarem suas leituras para outras turmas da escola.

Para casa

Embora não haja consenso sobre os benefícios e a validade da tarefa de casa, elegemos o “Para Casa” como um instrumento significativo para aprendizagem, e consideramos esse tempo e essa atividade de valor inestimável no processo de desenvolvimento da autonomia e da autoavaliação do aluno. Autonomia para se responsabilizar pela própria atividade que o fará um estudante melhor e autoavaliação para que possa perceber o que não conseguiu compreender durante a aula e retornar ao professor a necessidade de melhores explicações.

Para além do valor direto ao aluno, o Para Casa também se apresenta como importante ferramenta à disposição dos professores para acompanharem o processo de aprendizagem de seus alunos, avaliarem o seu próprio trabalho e planejarem a superação das dificuldades. Entende-se que a ferramenta não deve apenas servir para fixar conteúdos, mas também complementar a aprendizagem do dia a dia, desenvolver a curiosidade investigativa e o senso de responsabilidade dos alunos, além de envolver os pais na vida escolar dos filhos.

Essa atividade é fundamental para o aluno e para o professor. Para o aluno é oportunidade de fixação e apropriação de conhecimentos e habilidades cognitivas voltadas ao novo conteúdo, como também desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à disciplina, autonomia, resiliência e organização na realização da tarefa. Para o professor é oportunidade de verificar se o conteúdo trabalhado anteriormente foi compreendido, absorvido e apropriado pelos alunos ou não. É o termômetro para ajuste ou ratificação do seu planejamento e avaliação da sua prática pedagógica.

Para garantia de sucesso desta prática, pressupõe-se que o professor realize atividades claras, bem planejadas, em acordo com as habilidades previstas para o ano escolar, e oriente-as adequadamente. O Para Casa precisa ser compreendido e aceito pelo aluno e professor como atividade que represente uma oportunidade de autoaprendizagem, autoconhecimento, de reflexão e crescimento pessoal. Portanto, precisamos conscientizar os professores de que passar tarefas para serem resolvidas em casa é um trabalho diário. As tarefas devem estar relacionadas aos conteúdos tratados em sala de aula, possíveis de serem realizadas sozinhas pelo aluno e com possibilidade de acompanhamento dos pais.

Nesse aspecto, a participação dos pais é fundamental. Eles, além de seus filhos, precisam entender a importância da realização das tarefas. Não se fala de ajudar nas tarefas, diretamente, mas reservar um tempo para que os filhos as façam e para verificar a realização.

É importante ter objetivos claros quanto às lições de casa. As tarefas propostas devem ser bem explicadas, as dificuldades precisam ser compatíveis com as ações desenvolvidas em aula e, principalmente, é fundamental que elas sejam corrigidas e discutidas no dia seguinte. A respeito da correção, a devolutiva do professor aos alunos deve ser individualizada, com revisões necessárias aos que apresentam dificuldades em realizá-las.

Sempre que possível, cabe ao professor avaliar os diferentes graus de desenvolvimento dentro da classe e tomar cuidado para que a autoestima dos que não conseguem cumprir os deveres de casa não fique prejudicada. Numa situação ideal, cada um deveria fazer uma lição adequada ao seu ritmo de aprendizagem, ou seja, poderia o professor planejar as lições de casa por grupos de alunos, que receberiam tarefas diferenciadas em acordo com suas possibilidades ou necessidades.

Todo professor deve ter em mente que a lição de casa tem vários objetivos:

- ensinar a criança a trabalhar sozinha,
- criar um vínculo agradável com os estudos,
- dar-lhe autonomia para buscar o conhecimento por conta própria,
- resolver questões específicas ligadas aos conteúdos de cada etapa escolar, ou
- antecipar algo que ainda será trabalhado em sala de aula.

Por isso, é importante que o docente se prepare para:

- Elaborar uma explicação detalhada do enunciado da tarefa para que o aluno realize com autonomia.
- Ajudar os estudantes a criarem uma rotina diária em suas residências, gerenciando seu aprendizado com horários compartilhados de lazer e dever.
- Misturar interesses dos próprios estudantes na elaboração das tarefas para motivá-los ainda mais na busca das respostas aos exercícios.
- Incentivar os alunos a formarem grupos com colegas que morem nas proximidades para resolverem a lição de casa juntos.

Texto produzido pela equipe do Instituto Ayrton Senna para discussões em formações continuadas dos programas de correção de fluxo e de gestão.

FOCO IAS 2014

institutoayrtonsenna.org.br